



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, fazer a Prova de Redação e transcrever na Folha de Respostas correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

O mito napoleônico baseia-se menos nos méritos de Napoleão do que nos fatos, então sem paralelo, de sua carreira. Os homens que se tornaram conhecidos por terem abalado o mundo de forma decisiva no passado tinham começado como reis, como Alexandre, ou patrícios, como Júlio César, mas Napoleão foi o “pequeno cabo” que galgou ao comando de um continente pelo seu puro talento pessoal. Todo homem de negócios daí em diante tinha um nome para sua ambição: ser – os próprios clichês o denunciam – um “Napoleão das finanças” ou “da indústria”. Todos os homens comuns ficavam excitados pela visão, então sem paralelo, de um homem comum maior do que aqueles que tinham nascido para usar coroas. Em síntese, foi a figura com que todo homem que partisse os laços com a tradição podia se identificar em seus sonhos.

Para os franceses ele foi também algo bem mais simples: o mais bem-sucedido governante de sua longa história. Triunfou gloriosamente no exterior, mas, em termos nacionais, também estabeleceu ou restabeleceu o mecanismo das instituições francesas como existem hoje. Ele trouxe estabilidade e prosperidade a todos, exceto para os 250 mil franceses que não retornaram de suas guerras, embora até mesmo para os parentes deles tivesse trazido a glória. Sem dúvida, os britânicos se viam como lutadores pela causa da liberdade contra a tirania; mas em 1815 a maioria dos ingleses era mais pobre do que o fora em 1800, enquanto a maioria dos franceses era quase certamente mais rica.

Ele destruíra apenas uma coisa: a Revolução de 1789, o sonho de igualdade, liberdade e fraternidade, do povo se erguendo na sua grandiosidade para derrubar a opressão. Este foi um mito mais poderoso do que o dele, pois, após a sua queda, foi isto e não a sua memória que inspirou as revoluções do século XIX, inclusive em seu próprio país.

(Adaptado de Eric. J. Hobsbawm. **A era das revoluções – 1789-1848**. 7ª ed. Trad. de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.93-4)

1. Segundo o autor,
- (A) os méritos pessoais de Napoleão nada têm a ver com o mito que se criou em torno de sua figura, surgido apenas de sua trajetória casualmente vitoriosa.
 - (B) a figura de Napoleão passou a exercer forte apelo no campo do imaginário, servindo de modelo de inaudita superação da condição social.
 - (C) os franceses descartam assumir Napoleão como modelo, buscando valorizar tão somente a sua participação na revolução de 1789.
 - (D) os parentes dos milhares de franceses mortos nas guerras napoleônicas relevaram a perda dos familiares em função da grande prosperidade trazida por Napoleão.
 - (E) a Revolução de 1789 foi um mito menos relevante do que o de Napoleão, pois as obras deste permanecem vivas e aquela não teria sido mais que um sonho.

2. Considerando-se o contexto, o segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:

- (A) *o mecanismo das instituições francesas* = a articulação dos institutos galeses
- (B) *partisse os laços com a tradição* = quebrasse o condão sagrado
- (C) *galgou ao comando de um continente* = sobrelevou o ordenamento europeu
- (D) *pela causa da liberdade contra a tirania* = pelo motivo da insubmissão versus rigorismo
- (E) *os próprios clichês o denunciam* = os próprios lugares-comuns o evidenciam

3. *Ele trouxe estabilidade e prosperidade a todos, exceto para os 250 mil franceses que não retornaram de suas guerras, embora até mesmo para os parentes deles tivesse trazido a glória.*

Sem prejuízo para o sentido e a correção, os elementos em destaque na frase acima podem ser substituídos, respectivamente, por:

- (A) afora – contanto que
- (B) se não – apesar de
- (C) a não ser – conquanto
- (D) aparte – não obstante
- (E) à exceção – porém

4. *Sem dúvida, os britânicos se viam como lutadores pela causa da liberdade contra a tirania ...*

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado acima está em:

- (A) *... os próprios clichês o denunciam ...*
- (B) *Todos os homens comuns ficavam excitados pela visão ...*
- (C) *O mito napoleônico baseia-se menos nos méritos de Napoleão ...*
- (D) *... exceto para os 250 mil franceses que não retornaram de suas guerras ...*
- (E) *Ele destruíra apenas um coisa ...*



5. ... tenham nascido para usar coroas.
Ele trouxe estabilidade e prosperidade a todos ...
... que inspirou as revoluções do século XIX...

A substituição dos elementos sublinhados pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, tem como resultado correto, na ordem dada:

- (A) tinham nascido para as usar – Ele trouxe-os estabilidade e prosperidade – que as inspirou
(B) tinham nascido para as usar – Ele lhes trouxe estabilidade e prosperidade – que lhes inspirou
(C) tinham nascido para lhes usar – Ele trouxe-os estabilidade e prosperidade – que inspirou-as
(D) tinham nascido para usá-las – Ele lhes trouxe estabilidade e prosperidade – que as inspirou
(E) tinham nascido para usá-las – Ele os trouxe estabilidade e prosperidade – que lhes inspirou

6. Atente para as seguintes afirmações sobre a pontuação empregada no texto.

- I. *Os homens que se tornaram conhecidos por terem abalado o mundo de forma decisiva no passado tinham começado como reis, como Alexandre, ou patrícios, como Júlio César ...* (1º parágrafo)

O segmento em destaque poderia ser isolado por vírgulas, sem prejuízo para o sentido e a correção.

- II. *Para os franceses ele foi também algo bem mais simples: o mais bem-sucedido governante de sua longa história.* (2º parágrafo)

Uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois do termo *franceses*, sem prejuízo para a correção e a lógica.

- III. *Ele destruía apenas uma coisa: a Revolução de 1789, o sonho de igualdade, liberdade e fraternidade, do povo se erguendo na sua grandiosidade para derrubar a opressão.* (3º parágrafo)

Os dois-pontos introduzem no contexto um segmento explicativo.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I, apenas.
(D) I, II e III.
(E) III, apenas.

7. *Todos os homens comuns ficavam excitados pela visão [...] de um homem comum maior do que aqueles que tinham nascido para usar coroas.*

Uma nova redação para a frase acima, em que se preservam a correção e a clareza, está em:

- (A) À medida em que via um homem comum maior do que aqueles nascidos para usar coroas, todo homem comum ficava excitado com a visão que tivesse.
(B) Os homens comuns, quando viam que um homem comum como eles era maior do que os nascidos para usar coroas, não tendo como não ficar excitados.
(C) Ver os homens comuns que um homem também comum era maior do que os nascidos para usar coroas eram o que os deixavam excitados.
(D) A visão de um homem comum maior do que aqueles nascidos para usar coroas, deixavam excitados todos os homens que eram tão comuns como ele.
(E) Não havia homem comum que não ficasse excitado pela visão de um homem também comum que se tornara maior do que os nascidos para usar coroas.

8. A frase em que todos os verbos estão corretamente flexionados é:

- (A) Quando se pensa na história universal, nada parece tão disseminado no imaginário popular, sobretudo no ocidente, do que as imagens que adviram da Revolução Francesa de 1789.
(B) Quem se dispor a ler a obra seminal de Hobsbawm sobre as revoluções do final do século XVIII à primeira metade do XIX jamais protestará contra o tempo gasto e o esforço despendido.
(C) As reflexões sobre a Revolução Francesa de 1789 requerem muito cuidado para que não se perca de vista a complexidade que as afirmações categóricas tendem a desconsiderar.
(D) Os revolucionários de 1789 talvez não prevessem, ou sequer imaginassem, o impacto que o movimento iniciado na França teria na história de praticamente toda a humanidade.
(E) Se as pessoas não se desfazerem da imagem que cultivam de Napoleão, nunca deixarão de acreditar que o talento pessoal é o principal ou mesmo a único requisito para a obtenção do sucesso.



Atenção: As questões de números 09 a 15 referem-se ao texto abaixo.

Em outubro de 1967, quando Gilberto Gil e Caetano Veloso apresentaram as canções Domingo no parque e Alegria, Alegria, no Festival da TV Record, logo houve quem percebesse que as duas canções eram influenciadas pela narrativa cinematográfica: repletas de cortes, justaposições e flashbacks. Tal suposição seria confirmada pelo próprio Caetano quando declarou que fora “mais influenciado por Godard e Glauber do que pelos Beatles ou Dylan”. Em 1967, no Brasil, o cinema era o que havia de mais intenso e revolucionário, superando o próprio teatro, cuja inquietação tinha incentivado os cineastas a iniciar o movimento que ficou conhecido como Cinema Novo.

O Cinema Novo nasceu na virada da década de 1950 para a de 1960, sobre as cinzas dos estúdios Vera Cruz (empresa paulista que faliu em 1957 depois de produzir dezoito filmes). “Nossa geração sabe o que quer”, dizia o baiano Glauber Rocha já em 1963. Inspirado por Rio 40 graus e por Vidas secas, que Nelson Pereira dos Santos lançara em 1954 e 1963, Glauber Rocha transformaria, com Deus e o diabo na terra do sol, a história do cinema no Brasil. Dois anos depois, o cineasta lançou Terra em Transe, que talvez tenha marcado o auge do Cinema Novo, além de ter sido uma das fontes de inspiração do Tropicalismo.

A ponte entre Cinema Novo e Tropicalismo ficaria mais evidente com o lançamento, em 1969, de Macunaíma, de Joaquim Pedro de Andrade. Ao fazer o filme, Joaquim Pedro esforçou-se por torná-lo um produto afinado com a cultura de massa. “A proposição de consumo de massa no Brasil é algo novo. A grande audiência de TV entre nós é um fenômeno novo. É uma posição avançada para o cineasta tentar ocupar um lugar dentro dessa situação”, disse ele.

Incapaz de satisfazer plenamente as exigências do mercado, o Cinema Novo deu os seus últimos suspiros em fins da década de 1970 – período que marcou o auge das potencialidades comerciais do cinema feito no Brasil.

(Adaptado de Eduardo Bueno. **Brasil: uma história**. Ed. Leya, 2010. p. 408)

9. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) O Tropicalismo, movimento liderado por dissidentes do *Cinema Novo*, se desenvolveu concomitantemente à decadência do teatro nacional.
- (B) A estética do *Cinema Novo*, que marcou época no Brasil, contribuiu para que surgisse, na cena musical, o movimento conhecido como Tropicalismo.
- (C) Embora o *Cinema Novo* não tenha conseguido atingir suas metas comerciais, a qualidade estética de suas obras era superior à das obras produzidas pelo cinema comercial.
- (D) A ampliação da televisão no Brasil, cuja audiência foi sempre maior do que a do cinema, teve papel determinante na derrocada do *Cinema Novo*.
- (E) Como seus integrantes estavam comprometidos com os problemas sociais e políticos do país, o *Cinema Novo* suscitou polêmicas que levaram à volta da censura.

10. Em outubro de 1967, quando Gilberto Gil e Caetano Veloso apresentaram as canções Domingo no parque e Alegria, Alegria, no Festival da TV Record, logo houve quem percebesse que as duas canções eram influenciadas pela narrativa cinematográfica ...

Transpondo-se a primeira das frases grifadas acima para a **voz passiva** e a segunda para a **voz ativa**, as formas verbais resultantes serão, respectivamente:

- (A) são apresentadas – influenciou
- (B) se apresentaram – influencia
- (C) foi apresentado – se influenciaram
- (D) eram apresentadas – influenciou
- (E) foram apresentadas – influenciava

11. ... Glauber Rocha transformaria, com Deus e o Diabo na terra do sol, a história do cinema no Brasil.

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- (A) ... empresa paulista que faliu em 1957 ...
- (B) A ponte entre Cinema Novo e Tropicalismo ficaria mais evidente ...
- (C) O Cinema Novo nasceu na virada da década de 1950 para a de 1960 ...
- (D) Dois anos depois, o cineasta lançou Terra em transe ...
- (E) A grande audiência de TV entre nós é um fenômeno novo.

12. As normas de concordância estão plenamente respeitadas na frase:

- (A) O Tropicalismo, em que Caetano Veloso e Gilberto Gil se projetou, e o Cinema Novo, cujo principal expoente foi Glauber Rocha, se configura como movimentos artísticos expressivos no século XX.
- (B) Cada um dos filmes dirigidos por Glauber Rocha apresentavam um caráter revolucionário único.
- (C) A maioria dos integrantes do movimento conhecido como Cinema Novo estava profundamente interessada nos problemas sociais do país.
- (D) Muitas expressões artísticas, como o neorealismo italiano, contribuiu para o desenvolvimento do Cinema Novo.
- (E) A maior parte dos cineastas envolvidos com o Cinema Novo integravam um grupo que tentavam novos caminhos para o cinema nacional.



13. Incapaz de satisfazer plenamente as exigências do mercado, o Cinema Novo deu os seus últimos suspiros em fins da década de 1970 – período que marcou o auge das potencialidades comerciais do cinema feito no Brasil.

Uma redação alternativa para a frase acima, em que se mantêm a correção, a lógica e, em linhas gerais, o sentido original, é:

- (A) O cinema feito no Brasil, atinge o seu potencial comercial máximo no final da década de 1970, quando, não podendo satisfazer plenamente as exigências do mercado terminava o *Cinema Novo*.
- (B) Como não fosse capaz de satisfazer plenamente as exigências do mercado, o *Cinema Novo* acabou no final da década de 1970: período que se destaca, as potencialidades comerciais, do cinema feito no Brasil.
- (C) Conquanto não pudesse satisfazer plenamente as exigências do mercado, o *Cinema Novo* terminou no final da década de 1970, período que, marcou o auge das potencialidades comerciais do cinema feito no Brasil.
- (D) Como não pôde satisfazer plenamente as exigências do mercado, o *Cinema Novo* acabou em fins da década de 1970, período em que as potencialidades comerciais do cinema feito no Brasil atingiram o seu apogeu.
- (E) O *Cinema Novo*, incapaz de satisfazer plenamente as exigências do mercado não resistiu e terminou no final da década de 1970, onde as potencialidades comerciais do cinema feito no Brasil atingiria o seu apogeu.
-
14. Em 1992, a indústria cinematográfica do país entrou numa crise só começou a se recuperar na segunda metade da década de 1990. (Adaptado de Eduardo Bueno, *op.cit.*)

Preenche corretamente a lacuna da frase acima:

- (A) da qual
(B) a qual
(C) a que
(D) na qual
(E) onde
-

15. Costuma-se atribuir originalidade da obra de Glauber Rocha o êxito do movimento denominado *Cinema Novo*, cujos filmes ajudaram alavancar temporariamente indústria cinematográfica nacional.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) à – a – a
(B) à – à – a
(C) a – à – a
(D) a – a – à
(E) a – à – à
-

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Em uma loja de bijuterias, todos os produtos são vendidos por um dentre os seguintes preços: R\$ 5,00, R\$ 7,00 ou R\$ 10,00. Márcia gastou R\$ 65,00 nessa loja, tendo adquirido pelo menos um produto de cada preço. Considerando apenas essas informações, o número mínimo e o número máximo de produtos que Márcia pode ter comprado são, respectivamente, iguais a

- (A) 7 e 13.
(B) 9 e 10.
(C) 8 e 11.
(D) 8 e 10.
(E) 9 e 13.
-

17. Atendendo ao pedido de um cliente, um perfumista preparou 200 mL da fragrância X. Para isso, ele misturou 20% da essência A, 25% da essência B e 55% de veículo. Ao conferir a fórmula da fragrância X que fora encomendada, porém, o perfumista verificou que havia se enganado, pois ela deveria conter 36% da essência A, 20% da essência B e 44% de veículo. A quantidade de essência A, em mL, que o perfumista deve acrescentar aos 200 mL já preparados, para que o perfume fique conforme a especificação da fórmula é igual a

- (A) 50.
(B) 45.
(C) 40.
(D) 36.
(E) 32.
-



18. Em uma disciplina de um curso superior, $\frac{7}{9}$ dos alunos matriculados foram aprovados em novembro, logo após as provas finais. Todos os demais alunos fizeram em dezembro uma prova de recuperação. Como $\frac{3}{5}$ desses alunos conseguiram aprovação após a prova de recuperação, o total de aprovados na disciplina ficou igual a 123. O total de alunos matriculados nessa disciplina é igual a
- (A) 126.
(B) 136.
(C) 127.
(D) 130.
(E) 135.

19. Em um campeonato de futebol, as equipes ganham 5 pontos sempre que vencem um jogo, 2 pontos em caso de empate e 0 ponto nas derrotas. Faltando apenas ser realizada a última rodada do campeonato, as equipes Bota, Fogo e Mengo totalizam, respectivamente, 68, 67 e 66 pontos, enquanto que a quarta colocada possui menos de 60 pontos. Na última rodada, ocorrerão os jogos:

Fogo x Fla e Bota x Mengo

Sobre a situação descrita, considere as afirmações abaixo, feitas por três torcedores

- I. Se houver uma equipe vencedora na partida Bota x Mengo, ela será, necessariamente, a campeã.
II. Para que a equipe Fogo seja a campeã, basta que ela vença a sua partida.
III. A equipe Bota é a única que, mesmo empatando, ainda poderá ser a campeã.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I, apenas.
(D) III, apenas.
(E) II, apenas.

20. Em nosso calendário, há dois tipos de anos em relação à sua duração: os bissextos, que duram 366 dias, e os não bissextos, que duram 365 dias. O texto abaixo descreve as duas únicas situações em que um ano é bissexto.

- Todos os anos múltiplos de 400 são bissextos – exemplos: 1600, 2000, 2400, 2800;
- Todos os anos múltiplos de 4, mas não múltiplos de 100, também são bissextos – exemplos: 1996, 2004, 2008, 2012.

Disponível em: (<<http://www.tecmundo.com.br/mega-curioso/20049-como-funciona-o-ano-bissexto-.htm>>. Acesso em 16.12.12)

Sendo n o total de dias transcorridos no período que vai de 01 de janeiro de 1898 até 31 de dezembro de 2012, uma expressão numérica cujo valor é igual a n é

- (A) $30 + 365 \times (2012 - 1898)$.
(B) $29 + 365 \times (2012 - 1898 + 1)$.
(C) $28 + 365 \times (2012 - 1898)$.
(D) $28 + 365 \times (2012 - 1898 + 1)$.
(E) $29 + 365 \times (2012 - 1898)$.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito do Trabalho

21. Em relação ao trabalho temporário, com fundamento na legislação aplicável, é correto afirmar:

- (A) A jornada normal de trabalho do temporário não poderá exceder de 6 horas diárias, remuneradas as horas extras com adicional de 20% sobre o valor da hora normal.
- (B) A empresa de trabalho temporário é a pessoa física ou jurídica, urbana ou rural, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores devidamente qualificados, por ela remunerados e assistidos.
- (C) Será nula de pleno direito qualquer cláusula de reserva, proibindo a contratação do trabalhador pela empresa tomadora ou cliente ao fim do prazo em que tenha sido colocado à sua disposição pela empresa de trabalho temporário.
- (D) O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de seis meses, salvo mediante autorização do Ministério do Trabalho.
- (E) O contrato de trabalho celebrado entre a empresa de trabalho temporário e cada um dos assalariados colocados à disposição da empresa tomadora ou cliente poderá ser celebrado verbalmente ou por escrito, sendo vedada a modalidade de contrato tácito.

22. Considerando as previsões da CLT sobre rescisão do contrato de trabalho, é INCORRETO afirmar:

- (A) Aos contratos por prazo determinado que contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se, caso seja exercido tal direito por qualquer das partes, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado.
- (B) No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.
- (C) No caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, que ficará a cargo do governo responsável.
- (D) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, não há que se falar em recebimento de indenização.
- (E) Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado, será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o término do contrato.

23. Em relação às estabilidade provisórias no emprego, considere as proposições:

- I. A estabilidade é assegurada ao dirigente sindical eleito como titular e ao eleito como suplente.
- II. A estabilidade da gestante estende-se desde a confirmação da gravidez até 6 meses após o parto.
- III. A estabilidade do dirigente sindical vai desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato.
- IV. O empregado eleito para o cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes tem estabilidade desde a eleição até um ano após o término do mandato.
- V. O empregado acidentado no trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de 12 meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e V.
- (E) II, IV e V.

24. Em relação ao intervalo para repouso e alimentação, é INCORRETO afirmar:

- (A) O trabalho em horas extras pelos empregados impede a redução do intervalo dos mesmos para período inferior a uma hora.
- (B) Em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo de no mínimo uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, de no máximo duas horas.
- (C) Não excedendo de seis horas o trabalho, será obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar de quatro horas.
- (D) A não concessão do intervalo para repouso e alimentação implica em mera sanção administrativa, com imposição de multa ao empregador.
- (E) Os intervalos para repouso e alimentação previstos na Consolidação das Leis do Trabalho não serão computados na duração do trabalho.

25. Com fundamento nas disposições celetistas sobre jornada extraordinária e jornada noturna, é correto afirmar:

- (A) Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, em relação às horas trabalhadas no período considerado noturno aplica-se a redução da hora e deve ser pago o respectivo adicional.
- (B) Os empregados sob o regime de tempo parcial poderão prestar horas extras, desde que autorizados expressamente pelo sindicato.
- (C) O adicional noturno equivale a 30% (trinta por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.
- (D) Como forma de proteção da saúde e da integridade física dos trabalhadores, a prorrogação da jornada de trabalho deve ser prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- (E) As horas extras são remuneradas com adicional de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho.



<p>26. De acordo com a legislação aplicável, o 13^o salário</p> <p>(A) deverá ser pago como antecipação na proporção de 40% a todos os empregados no mesmo mês.</p> <p>(B) será pago entre os meses de fevereiro e outubro de cada ano.</p> <p>(C) é um direito assegurado aos empregados urbanos, rurais, domésticos e não aos trabalhadores avulsos.</p> <p>(D) será proporcional na extinção dos contratos a prazo, exceto os de safra, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro.</p> <p>(E) será proporcional na cessação da relação de emprego resultante da aposentadoria do trabalhador, ainda que verificada antes de dezembro.</p>	<p>29. A associação em sindicatos constitui um dos elementos decorrentes da liberdade sindical. O ordenamento jurídico brasileiro, no entanto, impõe a associação sindical a partir da formação de categorias, que podem ser:</p> <p>(A) profissionais diferenciadas: as que se formam a partir da solidariedade de interesses econômicos dos trabalhadores que trabalham em atividades idênticas, similares ou conexas.</p> <p>(B) profissionais diferenciadas: aquelas formadas a partir da similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas.</p> <p>(C) profissionais: aquelas formadas a partir da similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas.</p> <p>(D) econômicas: aquelas formadas a partir da similitude de condições de vida dos trabalhadores, oriunda da profissão ou trabalho em comum dos mesmos, definindo, em consequência, a atividade econômica preponderante das empresas.</p> <p>(E) econômicas: as que se formam a partir do exercício de profissões ou funções diferenciadas em relação aos demais empregados, definindo, em consequência, a atividade econômica preponderante das empresas.</p>
<p>27. Com fundamento na legislação aplicável ao FGTS, a conta vinculada do trabalhador NÃO poderá ser movimentada na hipótese de</p> <p>(A) pedido de demissão.</p> <p>(B) falecimento do trabalhador.</p> <p>(C) dispensa indireta.</p> <p>(D) culpa recíproca.</p> <p>(E) aposentadoria concedida pela Previdência Social.</p>	<p>30. De acordo com o previsto na Lei nº 7.783/89 (Lei de Greve), em relação à greve em serviços ou atividades essenciais, é INCORRETA a afirmação:</p> <p>(A) São necessidades inadiáveis da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.</p> <p>(B) São considerados serviços ou atividades essenciais, entre outros, transporte coletivo; captação e tratamento de esgoto e lixo; telecomunicações; processamento de dados ligados a serviços essenciais.</p> <p>(C) Os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.</p> <p>(D) São considerados serviços ou atividades essenciais, entre outros: assistência médica e hospitalar; funerário; controle de tráfego aéreo; compensação bancária.</p> <p>(E) As entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, ficam obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 48 horas da paralisação.</p>
<p>28. Considere as proposições:</p> <p>I. Atividades ou operações insalubres são aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.</p> <p>II. A eliminação ou neutralização da insalubridade ocorrerá com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância e com a utilização pelo trabalhador de EPI's que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.</p> <p>III. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário, com os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.</p> <p>IV. A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade far-se-ão através de perícias, ficando a primeira a cargo de Médico do Trabalho e a segunda a cargo de Engenheiro do Trabalho, registrado no Ministério do Trabalho.</p> <p>V. O adicional de insalubridade e o adicional de periculosidade incorporam-se ao salário do empregado, não podendo deixar de ser pagos mesmo que tenha havido a cessação do risco à saúde ou a integridade física do mesmo.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e V.</p> <p>(B) III, IV e V.</p> <p>(C) II, III e V.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e IV.</p>	



Direito Processual do Trabalho

31. Conforme normas legais aplicáveis à organização da Justiça do Trabalho, incluindo o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e as Varas do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, 11 juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho dentre brasileiros com mais de 30 e menos de 65 anos.
- (B) o Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
- (C) o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de 17 Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 60 anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Congresso Nacional.
- (D) dentre os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, 11 serão escolhidos dentre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho.
- (E) em cada Estado e no Distrito Federal haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho, e a lei instituirá as Varas do Trabalho, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juizes de direito, sendo que nesse caso os recursos são julgados diretamente pelo Tribunal Superior do Trabalho.
32. Athenas, residente na cidade de Apucarana, foi contratada em Londrina para trabalhar como secretária da Diretoria Comercial da Empresa de Turismo Semideuses Ltda., cuja matriz está sediada em Cascavel. Após dois anos de contrato prestado na filial da empresa em Curitiba, foi dispensada, embora tenha avisado o seu empregador que estava grávida. Athenas decidiu ajuizar ação reclamatória trabalhista postulando a sua reintegração por estabilidade de gestante. No presente caso, a Vara do Trabalho competente para processar e julgar a demanda é a do município de
- (A) Londrina, porque foi o local da contratação da trabalhadora.
- (B) Cascavel, em razão de ser a matriz da empresa empregadora que é ré na ação.
- (C) Curitiba, porque nesse caso a comarca competente é a Capital do Estado.
- (D) Apucarana, por ser o local da residência da trabalhadora.
- (E) Curitiba, por ser o local da prestação dos serviços.
33. A Consolidação das Leis do Trabalho prevê disposições específicas sobre atos, termos e prazos processuais a serem observados nos dissídios individuais trabalhistas. A esse respeito é correto afirmar que
- (A) uma vez constituído advogado pelas partes, apenas esses procuradores, poderão consultar, com ampla liberdade, os processos nos cartórios ou secretarias.
- (B) os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 18 horas.
- (C) os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação, que deverá ocorrer até o encerramento do juízo conciliatório.
- (D) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do processo judiciário do trabalho.
- (E) os prazos processuais que se vencerem em sábado, domingo ou feriado, não serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.
34. Conforme dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho relativos às nulidades e exceções processuais, é INCORRETO afirmar que
- (A) a nulidade sempre será pronunciada, mesmo quando for possível suprir-lhe a falta ou repetir o ato, diante do princípio da irretroatividade dos atos processuais.
- (B) se a parte recusante houver praticado algum ato pelo qual haja consentido na pessoa do Juiz, não mais poderá alegar exceção de suspeição, salvo sobrevindo novo motivo.
- (C) nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- (D) as nulidades não serão declaradas, como regra, senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.
- (E) dentre os motivos, em relação à pessoa das partes, em que o Juiz é obrigado a dar-se por suspeito, e pode ser recusado estão a inimizade pessoal e a amizade íntima.
35. Dentre os princípios norteadores do Processo do Trabalho estão a oralidade e a concentração dos atos em audiência. Nessa seara, conforme previsão legal,
- (A) as audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal não podendo ser designado outro local para a realização das audiências.
- (B) o depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz e as despesas correrão por conta da parte vencida no processo.
- (C) se, até 30 minutos após a hora marcada, o Juiz não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.
- (D) o Juiz manterá a ordem nas audiências, mas não poderá mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem em razão da publicidade das audiências na Justiça do Trabalho, sendo que nesse caso deverá adiar a sessão.
- (E) as audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão em dias úteis previamente fixados, entre 8 e 18 horas, não podendo ultrapassar 5 horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.



36. Em todo processo judicial, o conjunto probatório é fundamental para a solução do litígio. A Consolidação das Leis do Trabalho possui regras específicas sobre as provas judiciais, sendo assim,
- (A) o documento oferecido para prova só será aceito se estiver no original ou em certidão autêntica, não podendo ser declarado autêntico pelo próprio advogado, diante da sua parcialidade.
 - (B) as testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.
 - (C) as testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação, sendo que as que não comparecerem não serão ouvidas, ainda que seja requerido pela parte a intimação das ausentes.
 - (D) o juiz nomeará perito em caso de haver matéria técnica, não sendo facultado às partes indicação de assistentes técnicos em razão da celeridade processual que deve ser aplicada ao Processo do Trabalho.
 - (E) apenas a testemunha que for parente até o segundo grau civil ou amigo íntimo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
37. Hidra pretende ajuizar uma reclamatória trabalhista em face da sua empregadora Matrix S/A, postulando o pagamento de horas extraordinárias, totalizando o valor equivalente a 10 (dez) salários mínimos à época do ajuizamento da ação. Nesse caso, o procedimento processual que deve tramitar a reclamatória trabalhista e a quantidade máxima de testemunhas que cada parte pode indicar, respectivamente, é
- (A) sumaríssimo e três testemunhas.
 - (B) ordinário e três testemunhas.
 - (C) sumaríssimo e duas testemunhas.
 - (D) inquérito judicial e seis testemunhas.
 - (E) ordinário e cinco testemunhas.
38. A legislação processual do trabalho regulamenta o trâmite de dissídios individuais, criando regras sobre a forma de reclamação e a notificação do reclamado. Segundo tais normas, a reclamação
- (A) poderá ser acumulada num só processo com outros, quando houver identidade de matéria, desde que sejam empregados da mesma profissão e região metropolitana.
 - (B) recebida e protocolada será remetida a segunda via da petição ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 48 horas.
 - (C) será, preliminarmente, sujeita a distribuição nas localidades em que houver apenas uma Vara do Trabalho.
 - (D) poderá ser apresentada pelos empregados e empregadores, pessoalmente, ou por seus representantes e pelos sindicatos de classe.
 - (E) será feita por notificação via oficial de justiça, não sendo admitida a notificação por edital nos processos que tramitam pelo rito ordinário.
39. Em se tratando de dissídio individual, a norma processual trabalhista prevê, como regra, a realização de audiência UNA, ou seja, em um determinado ato processual será realizada a tentativa de conciliação, a instrução processual e o julgamento. Nesse sentido,
- (A) deverão estar presentes o reclamante e o reclamado na audiência de julgamento, independentemente do comparecimento de seus representantes.
 - (B) terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver, e após será efetuado o interrogatório dos litigantes.
 - (C) caso o reclamante não compareça na audiência inaugural, mesmo presente seu advogado, deverá necessariamente ser adiada a sessão.
 - (D) é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, mas cujas declarações não obrigarão o proponente.
 - (E) aberta a audiência, o Juiz proporá a conciliação, sendo que se não houver acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral no tempo máximo de 10 (dez) minutos.
40. A fase de execução no processo trabalhista possui regramentos próprios e típicos, conforme previsões contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, sendo correto afirmar sobre essa fase que
- (A) serão julgados em sentenças distintas os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário, para possibilitar recursos parciais.
 - (B) a matéria de defesa nos embargos do executado será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida, não cabendo produção de prova testemunhal.
 - (C) requerida a execução, o Juiz mandará expedir mandado de citação do executado para que faça o pagamento em 15 (quinze) dias ou garanta a execução, sob pena de penhora.
 - (D) o executado que não pagar a importância reclamada poderá nomear bens à penhora, não havendo qualquer ordem preferencial a ser observada.
 - (E) garantida a execução ou penhorados os bens, terá a empresa executada 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- Direito Civil e Processual Civil**
41. Em relação à interpretação do negócio jurídico, é correto afirmar que
- (A) como regra geral, não subsiste a manifestação da vontade se o seu autor houver feito a reserva mental de não querer o que manifestou.
 - (B) quaisquer negócios jurídicos onerosos interpretam-se estritamente.
 - (C) na vontade declarada atender-se-á mais à intenção das partes do que à literalidade da linguagem.
 - (D) a renúncia interpreta-se ampliativamente.
 - (E) o silêncio da parte importa sempre anuência ao que foi requerido pela outra parte.



<p>42. No tocante aos direitos da personalidade,</p> <p>(A) é sempre possível a comercialização de partes do próprio corpo, se com a disposição não houver diminuição permanente da integridade física do doador.</p> <p>(B) nenhuma pessoa pode ser constrangida a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica.</p> <p>(C) é irrevogável o ato de disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.</p> <p>(D) a ameaça ou a lesão a eles não se estendem aos mortos, por serem personalíssimas.</p> <p>(E) como regra geral, os direitos da personalidade são passíveis de livre transmissão e renúncia.</p>	<p>46. No que se refere à competência:</p> <p>(A) a territorial é absoluta e levanta-se por meio de preliminar na defesa apresentada pelo réu.</p> <p>(B) é ela determinada no momento em que a ação é proposta, como regra, mostrando-se irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.</p> <p>(C) cabe à autoridade judiciária estrangeira proceder a inventário e partilha de bens, mesmo que situados no Brasil, se o autor da herança for estrangeiro e houver residido fora do território nacional.</p> <p>(D) a ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão, em regra, propostas no foro do domicílio do autor.</p> <p>(E) sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, será ele demandado na capital do Estado da federação em que houvera residido com endereço certo.</p>
<p>43. Quanto à compra e venda,</p> <p>(A) quando pura, o contrato respectivo considerar-se-á consumado, obrigatório e perfeito, desde que as partes acordarem no objeto e no preço.</p> <p>(B) o preço da coisa deve ser fixado sempre em dinheiro, vedado que se o estabeleça à taxa de mercado ou de bolsa, em certo e determinado dia e lugar.</p> <p>(C) só pode ter por objeto coisa atual, vedada a transação sobre coisas futuras.</p> <p>(D) uma vez estabelecida, automaticamente transfere o domínio da coisa ao comprador, que se obriga ao pagamento do preço em dinheiro.</p> <p>(E) é válido o contrato se for deixada ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço, desde que as partes sejam maiores e capazes.</p>	<p>47. Compete ao juiz:</p> <p>I. Assegurar às partes igualdade de tratamento e tentar conciliá-las a qualquer tempo.</p> <p>II. Ter os autos sob sua guarda e responsabilidade, não permitindo que saiam de cartório, exceto nas hipóteses permitidas por lei.</p> <p>III. Prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça.</p> <p>São efetivamente da competência do juiz o que se afirma em</p> <p>(A) III, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>44. No tocante à capacidade processual e postulatória,</p> <p>(A) a herança jacente ou vacante é representada judicialmente pelo inventariante.</p> <p>(B) a citação de um dos cônjuges é sempre suficiente, não havendo hipóteses em que ambos devam ser citados para a demanda.</p> <p>(C) o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos pessoais e imobiliários.</p> <p>(D) o juiz dará curador especial ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.</p> <p>(E) dada a igualdade jurídica entre homem e mulher, não existe situação jurídica na qual seja necessária autorização conjugal para qualquer demanda.</p>	<p>48. Em relação à execução por quantia certa,</p> <p>(A) é penhorável o seguro de vida, por não ter natureza alimentícia.</p> <p>(B) mesmo que não haja outros bens, são impenhoráveis os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis.</p> <p>(C) não estão sujeitos à execução os bens que a lei considera impenhoráveis, mas podem ser executados os bens inalienáveis.</p> <p>(D) pode ser oposta a impenhorabilidade à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem.</p> <p>(E) são absolutamente impenhoráveis os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social.</p>
<p>45. Das modalidades seguintes, não se caracteriza como intervenção de terceiro:</p> <p>(A) o chamamento ao processo.</p> <p>(B) a nomeação à autoria.</p> <p>(C) a oposição.</p> <p>(D) o litisconsórcio.</p> <p>(E) a denúncia à lide.</p>	<p>49. Os embargos do devedor</p> <p>(A) serão oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido.</p> <p>(B) como regra, serão recebidos no efeito suspensivo.</p> <p>(C) deverão ser opostos após garantia do juízo por meio de penhora, depósito ou caução, necessariamente.</p> <p>(D) quando houver mais de um executado, com diferentes procuradores, o prazo para oposição dos embargos do devedor será contado em dobro.</p> <p>(E) não podem ser rejeitados liminarmente, exigindo sempre julgamento meritório das razões aduzidas nos autos.</p>



50. As medidas cautelares

- (A) podem ser instauradas antes ou no curso do processo principal, do qual é sempre dependente.
- (B) são sempre específicas, pelo princípio da taxatividade, inexistindo cautelares inominadas em nosso processo civil.
- (C) só podem ser concedidas após audiência prévia de justificação, determinada prioritariamente pelo juiz.
- (D) mesmo que não sejam contestadas, não geram o efeito da revelia à parte requerida.
- (E) por sua natureza de urgência, não admitem a designação de audiência de instrução e julgamento.

Direito Constitucional

51. De acordo com a Constituição Federal brasileira, em matéria de controle difuso de constitucionalidade, o Senado Federal poderá editar uma resolução suspendendo a execução, no todo ou em parte, de lei ou ato normativo declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Esta resolução senatorial

- (A) não terá efeitos *erga omnes*, porém os efeitos *inter partes* serão *ex tunc*, ou seja, anteriores a sua publicação.
- (B) terá efeitos *erga omnes*, porém *ex nunc*, ou seja, a partir da sua publicação.
- (C) não terá efeitos *erga omnes*, sendo que os efeitos *inter partes* serão *ex nunc*, ou seja, a partir da sua publicação.
- (D) terá efeitos *erga omnes* e *ex tunc*, ou seja, anteriores a sua publicação.
- (E) somente terá efeitos *ex tunc* depois de aprovada por maioria absoluta do Senado Federal e um terço do Congresso Nacional.

52. No tocante à Ação Declaratória de Constitucionalidade, considere:

- I. Pode ser proposta por Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- II. O Procurador-Geral da República e a Mesa da Câmara dos Deputados têm legitimidade ativa para a sua propositura.
- III. Tem a finalidade principal de transformar a presunção relativa de constitucionalidade em presunção absoluta, em razão dos seus efeitos vinculantes.
- IV. Pode ter como objeto a lei ou ato normativo federal ou estadual que se pretenda declarar constitucional.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

53. O inciso XIII do artigo 5º da Constituição Federal brasileira estabelece que *é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer* e o inciso LXVIII afirma que *conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder*. Estes casos, são, respectivamente, exemplos de norma constitucional de eficácia

- (A) contida e limitada.
- (B) plena e limitada.
- (C) plena e contida.
- (D) limitada e contida.
- (E) contida e plena.

54. Dentre as atribuições privativas do Presidente da República, poderá ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações, a atribuição de

- (A) celebrar a paz com o referendo do Congresso Nacional, em caso de ter sido declarada guerra.
- (B) prover os cargos públicos federais, na forma da lei.
- (C) nomear o Advogado-Geral da União, nos casos previstos na Constituição Federal brasileira.
- (D) nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.
- (E) nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição Federal brasileira.

55. Considere as seguintes situações hipotéticas: Matias, membro do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, praticou crime comum. Fabiolo, Governador do Estado do Paraná, também praticou crime comum. De acordo com a Constituição Federal brasileira, em regra, terá competência para processar e julgar, originariamente, Matias e Fabiolo, o

- (A) Tribunal Regional Federal competente.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
- (E) Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.

Direito Administrativo

56. As empresas estatais submetem-se ao regime jurídico típico das empresas privadas, aplicando-se a elas, no entanto, algumas normas de direito público, como

- (A) impenhorabilidade e imprescritibilidade de seus bens, independentemente de afetação ao serviço público.
- (B) submissão à regra do concurso público para contratação de servidores públicos.
- (C) submissão à regra geral de obrigatoriedade de licitação, atividades meio e atividades fim da empresa.
- (D) juízo privativo.
- (E) regime especial de execução, sujeito a pagamento por ordem cronológica de apresentação de precatórios.



57. A propósito dos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93, tem-se como necessário estipular cláusula que trate da vigência, sendo relevante destacar, quanto a esse aspecto a
- (A) possibilidade de estabelecer a vigência por prazo indeterminado quando se tratar de contratação de serviços contínuos, devendo ser comprovada, anualmente, a existência de recursos orçamentários para realização das despesas.
- (B) vigência por prazo não superior a 24 meses, salvo exceções expressas, como na prestação de serviços contínuos, cuja duração pode ser por prazo indeterminado devendo ser comprovada, anualmente, a existência de recursos orçamentários para realização das despesas.
- (C) regra geral de vigência dos contratos tendo termo final coincidindo com o término do exercício financeiro, salvo exceções expressas, como na prestação de serviços contínuos.
- (D) duração adstrita à vigência dos créditos orçamentários, salvo nas hipóteses de contratações de fornecimento por meio de pregão, cuja duração pode ser por prazo indeterminado devendo ser comprovada, anualmente, a existência de recursos orçamentários para realização das despesas.
- (E) obrigação de vincular a duração das avenças à vigência dos créditos orçamentários autorizados para fazer frente às respectivas vigências, em especial quando se tratar de contratação de serviços contínuos, comprovando-se anualmente a existência de recursos para fazer frente às despesas previstas.
58. Decreto do Poder Executivo Municipal restringiu a circulação de veículos em determinado horário em perímetro identificado da cidade, sob o fundamento de que a restrição seria necessária para melhoria da qualidade do ar na região, comprovadamente inadequada por medidores oficiais. A medida, considerando que o poder executivo municipal tenha competência material para dispor sobre a ordenação do tráfego e seja constitucionalmente obrigado a tutela do meio ambiente,
- (A) insere-se no poder regulamentar do Executivo, se as disposições do decreto municipal estiverem explicitando normas legais que estabeleçam as diretrizes de ordenação do sistema viário com vistas a preservação da qualidade do ar.
- (B) é expressão da faceta disciplinar do poder regulamentar, que pode se prestar a restringir a esfera de interesses dos administrados, com vistas ao atendimento do interesse público.
- (C) é expressão do poder disciplinar, na medida em que houve limitação, ainda que legal, dos direitos individuais dos administrados.
- (D) insere-se no poder normativo do Executivo Municipal, que pode editar atos normativos autônomos disciplinando os assuntos de interesse local da comunidade.
- (E) excede o poder regulamentar, que se restringe à disciplina de organização administrativa do ente, devendo essas disposições constarem de lei formal.
59. O Poder Público adquiriu um imóvel para instalação de diversas repartições públicas, vinculadas a distintas Secretarias de Estado. Haverá grande fluxo de servidores e de administrados no local. No térreo do imóvel funcionava uma lanchonete, que tinha contrato firmado com o antigo proprietário. O dono desse estabelecimento pretende manter a exploração no local, razão pela qual propôs ao administrador responsável pelo prédio que fosse firmado vínculo contratual diretamente com o ente público. A proposta
- (A) poderá ser atendida, uma vez que o adquirente do imóvel sub-roga-se integralmente nos direitos do antigo proprietário do imóvel, podendo, no entanto, promover a alteração do contrato, que passa a ser regido pelo regime jurídico de direito público.
- (B) não poderá ser atendida porque a contratação pretendida dependeria de licitação, salvo se o ente público proprietário do imóvel for empresa pública, dispensada da observância desse procedimento porque se submete a regime jurídico de direito privado.
- (C) poderá ser atendida até o término do contrato que vigia entre o dono do estabelecimento e o antigo proprietário, uma vez que o novo adquirente do imóvel deve respeitar os contratos em curso.
- (D) poderá ser atendida, na medida em que a prorrogação do vínculo com o estabelecimento atende ao interesse público, representado pelo grande número de servidores e de administrados que frequentará o local, demandando a disponibilização de serviços de suporte a essa ocupação.
- (E) não poderá ser atendida, na medida em que o ente público está obrigado a licitar o uso dos espaços públicos, ciente de que seria possível estabelecer competição entre os diversos interessados na exploração da atividade.
60. Maria Helena requereu que lhe fosse concedida licença para construir em seu terreno. Observou a legislação municipal, contratou a execução do competente projeto e apresentou à Administração pública para aprovação. O pedido, no entanto, foi indeferido, sob o fundamento de que na mesma rua já existia uma obra em curso, o que poderia ocasionar transtornos aos demais administrados. Maria Helena, inconformada, ajuizou medida judicial para obtenção da licença, no que foi atendida. A decisão judicial,
- (A) é regular manifestação do poder de controle do ato administrativo, tendo em vista que contemporaneamente vem sendo admitido o controle dos aspectos discricionários do ato administrativo.
- (B) é regular manifestação do poder de controle do ato administrativo, desde que comprovado o preenchimento dos requisitos de edição do ato vinculado.
- (C) excede os limites do controle judicial do ato administrativo, na medida em que interfere em juízo discricionário da Administração Pública.
- (D) excede os limites do controle judicial do ato administrativo, na medida em que a atuação do Judiciário deve ficar adstrita a análise de legalidade, não podendo substituir o ato administrativo como no caso proposto.
- (E) é regular manifestação do poder de controle do ato administrativo, com exceção da concessão da licença, atividade privativa da administração, que não poderia ser suprida pelo Judiciário, ainda que diante de recusa da autoridade.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

A fronteira é, simultaneamente, o lugar onde países se encontram e se separam. Essa definição ambígua deve-se às semelhanças, diferenças e assimetrias muitas vezes verificadas entre os países e, em específico, as cidades fronteiriças.

(Adaptado de Vicente Giaccagliani Ferraro. Disponível em: Júnior <http://www.academia.edu>)

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

Fronteiras territoriais e suas implicações nas relações entre países vizinhos

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	